

A EVOLUÇÃO DA PERSPECTIVA PSICODINÂMICA NO ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS: DA PSICANÁLISE DA TEORIA DA SEDUÇÃO, À PSICANÁLISE DO COMPLEXO DE ÉDIPO

(2007)

Rui Alexandre Nunes da Costa

Licenciatura em Psicologia pela Universidade do Minho, Portugal

Email:

ruialexx@gmail.com

RESUMO

Este trabalho pretende analisar a perspectiva psicodinâmica sobre o abuso sexual de crianças, e as suas implicações no reconhecimento da experiência abusiva. Procura-se igualmente, identificar possíveis mitos associados ao corpus teórico que subjaz a toda a prática psicodinâmica que promovam uma atitude desfavorável à recuperação da vítima.

Palavras-chave: Abuso sexual, Incesto, Teoria da Sedução, Complexo de Édipo

O Complexo de Édipo é a estrutura dramática, a “máquina teatral” imposta pela lei da cultura a todos os candidatos involuntários e forçados à humanidade.

Althusser

1- Teoria da sedução

O abuso sexual, o seu impacto no desenvolvimento da personalidade da vítima e a questão da sua real existência ou não, ocupam um lugar relevante na teoria psicanalítica, ilustrado pela teoria da sedução. De facto, a formulação psicodinâmica que provocou mais impacto na compreensão do abuso sexual foi a teoria da sedução. Elaborada por Sigmund Freud no início do seu percurso como psicanalista (entre 1895 e 1897), esta teoria advogava que a recordação de cenas reais ou fantasmáticas de sedução entre uma criança e um adulto, seria preditora, já na vida adulta, de psiconeuroses (patologias de ordem sexual, que reflectiam acontecimentos adversos, marcantes na infância).

Toda esta tese apoiava-se em observações clínicas: os pacientes, durante o seu tratamento, recordavam experiências de sedução sexual (desde simples palavras, a gestos e insinuações de cariz sexual), cenas essas consumadas por uma outra pessoa (geralmente um adulto).

Esquemáticamente, esta teoria pressupõe dois tempos separados pela puberdade. Um primeiro, considerado o da sedução propriamente dita, em que ocorre o acontecimento sexual. Este acontecimento, que para o adulto já é encarado como “sexual”, para a criança mantém-se no nível “pré-sexual”, pois estas investidas oriundas do exterior são feitas a um sujeito sem condições somáticas para que ocorra excitação e integração da experiência. Para mais, a sexualidade infantil consiste numa satisfação auto-erótica, pois não tem ainda objecto sexual, e o seu fim é determinado pela excitação de uma zona erógena (Malpique, 1986). Não há, nesse momento, repressão no inconsciente para a criança.

O segundo período, após a puberdade, é desencadeado por um novo acontecimento, nem sempre de natureza sexual, que faz ressurgir a lembrança da cena de sedução anterior. A lembrança provoca um fluxo de excitação, associado a sofrimento óbvio e expresso em queixas muito diversas, associadas a bloqueios ou desvios sexuais, ou mesmo ao corpo maturo sexuado (comportamentos autodestrutivos). Tal fluxo tende a ser reprimido: daí o aparecimento de psiconeuroses.

Freud atribuiu tanta importância à sedução na génese da repressão, que procurou sistematicamente cenas de sedução passiva nas histórias de vida dos seus pacientes diagnosticados com histerias e neuroses: “Em todos os meus casos de neurose obsessiva

encontrei, numa idade muito precoce, antes da experiência de prazer, uma experiência puramente passiva, a qual não pode dever-se a um simples azar” (1896).

Contudo, com o passar do tempo, Freud viu-se induzido a duvidar da veracidade das cenas de sedução, acabando por aceitar que algumas poderiam de facto, não se relacionar apenas com a realidade externa, mas sim com o que o sujeito faz com esses acontecimentos. O próprio, a 21 de Setembro de 1897, numa carta que escreve a Fliess, afirma «É necessário que eu te confie imediatamente um grande segredo que me foi sendo revelado nos últimos meses. Eu não acredito mais na minha “neurótica”»

Passa então a considerar que é a associação entre uma fantasia inconsciente e um acontecimento externo (a sedução) que produz um efeito patogénico e perturbador, e que é esta associação a responsável por sentimentos de culpa.

Desta forma, a teoria da sedução deu lugar à teoria do Complexo de Édipo/do desenvolvimento da sexualidade infantil.

2- Complexo de Édipo e o Interdito do Incesto

O Complexo de Édipo, tal como Freud o descreve em “Sexualidade Feminina” (1931), seria (na sua forma “positiva”) a fase do desenvolvimento libidinal infantil que se caracterizaria por uma ligação afectuosa ao progenitor do sexo oposto sendo que, ao mesmo tempo, a criança assumiria uma posição de hostilidade pelo progenitor do mesmo sexo. Teria início por ordem dos 3 anos (início da fase genital), com término pelos 5 anos (início da fase de latência), e desempenharia um papel essencial na estruturação da personalidade e na orientação do desejo humano. O Complexo de Édipo é igualmente a transformação radical e universal do ser humano, correspondendo à fase de transição da relação dual (objecto materno), para o objecto mãe-pai, numa espécie de triangulação. É ainda a passagem do imaginário a uma relação imediata, própria do registo simbólico.

Antes da superação do Complexo de Édipo, Freud assume que a criança considera o incesto como algo permitido mas que, a partir desta fase, com a sua resolução, a criança abandona a fantasia incestuosa. Desta resolução emerge uma nova instância do aparelho psíquico: o superego, com a interiorização das normas, dos valores, e da moral essencial para o equilíbrio social. Freud concebe assim, a criança como um ser “às voltas” com as suas pulsões, um verdadeiro “perverso polimorfo” (Freud, 1924).

Na sua obra *Totem e Tabu*, Sigmund Freud, baseando-se nas suas experiências enquanto psicanalista e nos estudos antropológicos de Frazer sobre o totemismo e a exogamia, admite o universalismo do Complexo de Édipo. Este seria o responsável pela proibição das relações de consanguinidade e pelo estabelecimento de uma ordem nas “relações de aliança e de

reciprocidade” (Varela & Lucas, 1982). Este acto individual seria uma sequela pré-histórica, transmitida por traços mnésicos hereditários, semelhante à observada em estudos antropológicos sobre tabus e totemismo (não matar o totem, nem apropriar-se sexualmente de nenhuma mulher do mesmo totem). Já Lévi-Strauss afirmava, no âmbito dos seus estudos sobre o conceito de “estrutura”, que a “proibição do incesto é universal como a linguagem” (1950). Contudo, a transgressão da proibição do incesto, tal como de outras interdições (que estariam igualmente implícitas na manutenção da ordem sociocultural e pela quebra entre a irracionalidade característica dos animais e a humanidade, Varela & Lucas, 1982), poderia ser “admitida e recomendada”, para autores como Bataille, quando “regulada no interior da ordem social”.

Então, se inicialmente para Freud a sedução parental infantil era real (teoria da sedução), depois aquele considerou que os relatos dos seus pacientes eram fantasias, e o seu interesse mudou para os desejos incestuosos da criança (teoria do Complexo de Édipo).

3- Da teoria da sedução ao Complexo de Édipo: repercussões no abuso sexual de crianças

Tem vindo a ser sugerido que o relativo desinteresse profissional no abuso sexual de crianças prende-se ao facto de os relatos deste tipo de experiência serem considerados fantasias. Tal deve-se em grande parte ao discurso psicanalista (Almeida, 2003). Se inicialmente se acreditava que um relato reflectia uma experiência real de abuso na infância (de acordo com a teoria da sedução, como já visto anteriormente), o foco na teoria edipiana, levou a que se considerassem a maior parte dos casos de incesto como sendo fantasias infantis (enquadradas num percurso desenvolvimental normativo, tendo por fim a superação do Complexo de Édipo). Assim, cabe ao responsável pela perícia, distinguir entre verdade histórica, verdade factual (o que realmente aconteceu), verdade narrativa (o que a criança ou adulto contam) e verdade psíquica (ou interior). A difusão desta literatura poderá ter levado ao não aprofundamento das origens do trauma uma vez que ainda se considera o discurso da criança abusada como sendo muitas vezes meras «lendas» que estas criam «para não se confrontarem com as tendências agressivas em relação ao casal parental, dentro de uma concepção sadomasoquista da sexualidade» (Klein, cit in Almeida, 2003).

Não obstante a todo o contributo da tese freudiana na avaliação da veracidade das alegações, a teoria demonstra-se ainda relativamente incongruente com outras teorias desenvolvimentais. De acordo com Burkhardt e Rotatori (1995), na idade pré-escolar, apesar dos limites entre fantasia e realidade estarem esbatidos, a fantasia sexual é atípica uma vez que as fantasias elaboradas tendem a ser positivas (centrarem-se na resolução de problemas). Na idade escolar já está claramente estabelecida a distinção entre fantasia e realidade, mas a criança ainda

não é capaz de elaborar um testemunho falso por vingança. Assim sendo, a hipótese de que os relatos de abuso infantis poderiam ser fruto da fantasia, perde consistência.

Para além de levar ao descrédito do discurso da criança vítima de abuso, a perspectiva psicanalítica, ao dar um papel de destaque aos desejos sexuais precoces, bem como o facto de postular a existência de fantasias incestuosas da criança, alimenta potencialmente o discurso de que são as crianças quem seduz o abusador.

A teoria da criança sedutora (precipitação pela vítima) faz jus a toda esta óptica. Esta teoria presume que a criança abusada cooperou com o ofensor ou «procurou o envolvimento que se desenvolveu entre si e aquele, sobretudo quando existe uma ausência de força, e quando o abusador não é visto pela criança como ameaçador» (Almeida, 2003). Devido a este alegado comportamento sedutor, existia uma tendência para culpar a criança de instigar a interação sexual. Alguns autores, como Rosenfeld (1997 cit. in Almeida, 2003), por exemplo, acreditavam que uma criança desenvolvia estes comportamentos sedutores como esforço para obter a atenção e afecto.

Contudo, este não se tornou num discurso institucionalizado sem desvios. Nem todos os autores e contributos da psicanálise incorrem nos problemas acima apontados e há autores que claramente não encontram na fantasia infantil edipiana legitimidade ou justificação para condutas sexuais abusivas. Ferenczi (1933, cit. in Almeida, 2003), por exemplo, nega claramente esta justificação, afirmando que «as seduções incestuosas produzem-se habitualmente desta maneira: um adulto e uma criança amam-se; a criança tem fantasmas lúdicos, como o de desempenhar um papel maternal em relação ao adulto. Esse jogo pode ganhar um contorno erótico, mas não obstante, permanece sempre ao nível da ternura. O mesmo não acontece com os adultos que têm predisposições psicopatológicas. Confundem a brincadeira da criança com os desejos de uma pessoa sexualmente madura e deixam-se envolver em actos sexuais sem pensar nas consequências».

Nestas formulações vemos claramente reconhecida a realidade do abuso e a impossibilidade da sua justificação através do mito da sedução infantil. Por outro lado, e como já referido, parece-nos inegável que alguns conceitos da psicanálise, eventualmente muitas vezes incompreendidos e deturpados, tenham contribuído para alimentar dúvidas quanto à credibilidade dos relatos infantis e para a desculpabilização dos ofensores.

Por outro lado, a teoria psicanalítica não foca só as fantasias incestuosas e a sedução infantil, mas também a psicopatologia do agressor. Como visto na citação de Ferenczi (1933), atribuem-se as situações reais de abuso à presença de um certo grau de psicopatologia do agressor. Contudo, ao adoptar esta perspectiva (a de considerar como condição *sine quo non* para a ocorrência de abuso, um certo grau de psicopatologia do ofensor), poder-se-á desculpabilizar todos os casos em que o agressor não é visto como psicopatologicamente perturbado. Esta visão

torna-se ainda mais simplista por se focar apenas em factores exclusivamente individuais, olvidando todo um *background* sócio-cultural para a explicação do fenómeno.

4- Considerações finais

A perspectiva psicanalista sobre o abuso sexual de menores (mais especificamente em situações de incesto) sofreu uma clara evolução, fruto de consecutivas reformulações de Freud à sua teoria. Todavia, o seu discurso fomentou em certa medida, estereótipos e mitos erróneos que contribuíram para o agravamento do impacto dos factos e para acentuar as dinâmicas traumáticas que lhes estão associadas. Ora desculpabilizando os agressores sexuais, ora menosprezando o discurso das vítimas, ora mesmo constringendo o leque de ofensores a uma classe restrita de indivíduos psicopatologicamente perturbados, poder-se-á suspeitar das explicações que este modelo atribui à génese destes casos de abuso; não com isso querendo depreciar de todo, o tipo de intervenção e os seus resultados...

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Almeida, A. (2003). *Abuso sexual de crianças: Crenças sociais e discursos da Psicologia*. Braga: Instituto Educação e Psicologia

Freud, S. (1974). *Esboço de Psicanálise*. Brasil: Imago

Freud, S. (1997). *La vie sexuelle*. France: Bibliothèque de Psychanalyse

Freud, S. (2001). *A Interpretação dos Sonhos*. Brasil: Imago

Haar, M. (2005). *Introdução à Psicanálise, Freud*. Lisboa: Edições 70

Machado, C., Abrunhosa, R. (2005). *Psicologia Forense*. Coimbra: Quarteto

Strecht, P. (2004). *Crescer vazio*. Portugal: Círculo de Leitores

Varela, M., Lucas, A. (1982). *Antropologia, paisagens, sábios e selvagens*. Porto: Porto Editora